MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

ATA DA 1283ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 13 DE JULHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS.

Local: Plenário da Unidade Leste do Ministério Público do Estado do Piauí.

Presentes os eminentes Conselheiros Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Dr. Luís Francisco Ribeiro e Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. Ausente, justificadamente, o Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Presentes o Dr. Hugo de Sousa Cardoso e o Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo.

1) O Presidente saúda os presentes e, havendo quórum, declara instalada a 1283ª sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, marcada para hoje, dia 13 de julho de 2018, às 09:00 horas.

2) O Presidente inicia a sessão pelo item 1 da pauta, submetendo a apreciação do Colegiado a ata da 1282ª sessão ordinária, realizada no dia 06 de julho de 2018. **O Presidente declara aprovada a ata da 1282ª sessão ordinária, realizada no dia 06 de julho de 2018.**

3) O Presidente submete à apreciação do Colegiado proposta de Ato PGJ nº 816/2018, que trata da conversão parcial em abono pecuniário de férias não gozadas, em decorrência do disposto no art. 99, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, cuja redação foi alterada pela Lei Complementar nº 225, de 28 de julho de 2017. Esclarece que se trata da indenização de 10 (dez) dias de férias, com idêntico teor ao ato do ano passado. Submete ao *referendum* do Colegiado, questiona se há alguma divergência. Nenhuma divergência foi apresentada. **Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, à unanimidade, aprovou a proposta de Ato PGJ nº 816/2018, dispondo sobre a conversão parcial em abono pecuniário de férias não gozadas.**

4) O Presidente submete à apreciação do Colegiado a autorização para publicação de editais para provimento da Promotoria de Justiça de Castelo do Piauí, Promotoria de Justiça de Demerval Lobão, 2ª Promotoria de Justiça de União e Promotoria de Justiça de Miguel Alves. Dr. Aristides Silva Pinheiro solicita a suspensão até que seja apreciada resolução que se encontra na Corregedoria Geral do Ministério Público dispondo sobre a movimentação na carreira, a qual retornou para inserção de um dispositivo. Então, considera que primeiro deve ser verificada a adequação e, depois, publicados esses editais. Assim, considera que devem ser suspensos. Presidente enfatiza que a resolução já foi aprovada, tendo sido os autos encaminhados à Corregedoria Geral para a inclusão

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de um artigo que trate de prazo para comprovação da regularidade no serviço, nos casos de afastamento do membro, por exemplo, que está em um Centro de Apoio, afastado da atividade-fim. Dr.^a Raquel de Nazaré Pinto Costa Carvalho, aproveita a oportunidade e esclarece que, diante do posicionamento do Colegiado no que diz respeito à integração do quinto constitucional, quando do julgamento relativo ao cargo de Procurador de Justiça, que inclusive foi referendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP. Então, para que se verifique isso na resolução para que se fale o mesmo entendimento, diante do que, à unanimidade, foi decidido na sessão passada. Dr.^a Clotildes Costa Carvalho concorda com a Dr.^a Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e argumenta que inclusive pode morrer um dos integrantes do quinto antes do julgamento, prejudicando os demais candidatos. Dr. Luís Francisco Ribeiro argumenta que a tese defendida pela Dr.^a Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando já foi sufragada pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Presidente sugere que a Dr.^a Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando faça o encaminhamento para a Corregedoria Geral. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, suspendeu a publicação dos editais das Promotorias de Justiça de Castelo do Piauí, Demerval Lobão, 2ª Promotoria de Justiça de União e de Miguel Alves, enquanto não aprovada a resolução que trata da movimentação na carreira e que se encontra na Corregedoria Geral do Ministério Público.**

Às 9h39. Presidente informa a necessidade de se ausentar da sessão e transfere a Presidência ao Dr. Aristides Silva Pinheiro, apresentando a intenção de retorno à sessão.

5) JULGAMENTO DE PROCESSOS:

Dr.^a Clotildes Costa Carvalho solicita preferência e inversão da pauta para julgamento do Procedimento de Gestão Administrativa (GEDOC nº 000029-226/2018), pautado no item 2.5.3, para que possa proferir voto vista. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprova a inversão da pauta para julgamento do Procedimento de Gestão Administrativa (GEDOC nº 000029-226/2018).**

5.1 Relatora: Dr.^a Clotildes Costa Carvalho.

5.1.1 Procedimento de Gestão Administrativa (GEDOC nº 000029-226/2018). Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Edital nº 019/2018 – CSMP – Permuta entre membros ministeriais. Interessados: Ana Cecília Rosário Ribeiro/Marcelo Monteiro Araújo. **Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro.** A Conselheira Clotildes Costa Carvalho procede a leitura do voto vista. **Relatório:** “Trata-se de Procedimento de Gestão Administrativa – GEDOC, instaurado sob o nº 000029-226/2018, no âmbito deste Egrégio Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, tendo em vista o Edital de nº 019/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

– CSMP, que levou ao conhecimento dos interessados o pedido conjunto de Remoção, por Permuta, apresentado pelos Promotores de Justiça interessados Dra. Ana Cecília Rosário Ribeiro, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri/PI e Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo, titular da 55ª Promotoria de Justiça de Teresina, ambas Promotorias de Justiça de entrância final. Os Requerentes Dra. Ana Cecília Rosário Ribeiro e Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo, salientam, em seu pedido inaugural, acostado às fls. 04, que ambos os Promotores de Justiça são titulares de promotorias de igual entrância, quais sejam a 4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri/PI e a 55ª Promotoria de Justiça de Teresina, respectivamente. Informam em seu requerimento que não permutaram entre si ou com outros colegas nos últimos dois anos, que nenhum dos dois integra a quinta parte da lista de antiguidade, não estão em gozo de licenças para tratamento de saúde, aperfeiçoamento jurídico, prêmio por assiduidade ou mesmo a licença para exercício de mandato eletivo, tampouco estão na iminência de serem exonerados, não sendo, desse modo, atingidos pelas vedações contantes no art. 136, II da Lei Complementar nº 12/93, preenchendo, desse modo, os requisitos contidos na Resolução CSMP/PI nº 03/02007. Certidão emanada da Secretaria do CSMP/PI, acostada às fls. 05, informando a ausência de impugnações ao pedido de remoção por permuta. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo juntou às fls. 09/10 cópias dos Atos PGJ nº 803/2018 e 797/2018, os quais atestam a sua titularidade da 55ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI, assim como a titularidade de Ana Cecília Rosário Ribeiro, à 4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri/PI. Certidão às fls. 11 informando que os Promotores de Justiça requerentes não foram removidos por permuta nos últimos dois anos. Eis o relatório, em apertada síntese. Passamos doravante às respectivas manifestações sobre a matéria objetada. **Voto:** Na Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993, a Remoção por Permuta esta inserida na Seção VI, do Capítulo IX, que dispõe sobre a Carreira do Membro Ministerial, e se distingue das demais modalidades de movimentação, tendo em vista que, na relação, há o interesse de dois agentes públicos, que, em plena atividade, desejam ocupar a posição um do outro, nas conformidades com os dispositivos legais atuais vigentes. O referido texto legal, em seu art. 136 dispõe que é permitida a remoção por permuta entre os membros do Ministério Público da mesma entrância ou categoria, observados requisitos específicos, que estão devidamente delineados em seus incisos, que seguem abaixo transcritos: art. 136 [...] I - o pedido escrito e conjunto, formulado por ambos os presidentes; II - a renovação de remoção por permuta só será permitida após o decurso de dois anos; III - a remoção por permuta não confere direito à ajuda de custo. Tal dispositivo foi objeto da Resolução CSMP-PI nº 03/2007, que estabeleceu critérios para permuta entre os Membros do Ministério Público do Estado do Piauí. Nesse sentido, é exigido para a permuta entre membros do *Parquet* que o pedido seja feito por escrito e conjuntamente por ambos os postulantes da mesma entrância ou categoria, o que foi cumprido pelos Promotores de Justiça requerentes, consoante o pleito acostado às fls. 04. Ademais, conforme consta no caderno processual, nenhum dos postulantes se acha na iminência de deixar o cargo em virtude de promoção, aposentadoria ou exoneração,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

não havendo, no caso, que se falar em burla ao processo natural de provimento pelos critérios de antiguidade e merecimento. O art. 1º da Resolução nº 03/07, em testilha, dispõe que a remoção por permuta entre os membros do Ministério Público do Estado do Piauí da mesma entrância ou categoria somente será deferida se, além de atender os requisitos do art. 136 da Lei Complementar nº 12/93, não incidir nas seguintes hipóteses: art. 1º [...] I – qualquer dos permutantes integrar a quinta parte da lista de antiguidade; II – qualquer dos permutantes estiver a menos de 1 (um) ano de se submeter a aposentadoria compulsória de que trata o art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988; III – se qualquer dos permutantes estiver no gozo de licença para tratamento de saúde (art. 103, I da LC nº 12/93), licença para aperfeiçoamento jurídico (art. 110 e 111 da LC nº 12/93), licença prêmio por assiduidade (art. 112 da LC nº 12/93) ou licença para exercício de mandato eletivo (art. 113 da LC nº 12/93); IV – se qualquer dos permutantes estiver na iminência de ser exonerado. Nesse ponto, algumas ponderações hão de serem feitas. Em 19 de dezembro de 2017, foi publicado no Diário Eletrônico do MPPI, a Portaria PGJ/PI nº 3094/207, concedendo licença prêmio à nobre Promotora de Justiça Ana Cecília Rosário Ribeiro, bem como escalando o seu exercício ao período de 02/07/2018 a 30/08/2018. A Representante Ministerial, tendo ciência de tal fato, protocolou juntamente com o seu corequerente, em 17/05/2018, o pedido que aqui se explana, no que tange a remoção por permuta”. A Conselheira justifica que enfrentou a questão da suspensão da licença prêmio para evitar que paire dúvida, inclusive a suspensão foi publicada. Após o esclarecimento, continua a leitura do voto “entretanto, em nenhum momento se foi falado nos autos sobre o futuro afastamento da Promotora pleiteante para o gozo da referida licença prêmio, não tendo, a informação sequer chegado ao conhecimento do Ilustre Conselheiro Relator no presente feito. Conforme dito o pedido foi realizado em 17/05/2018, e somente em 27/06/2018, mais de um mês após o protocolo do pedido inaugural, foi publicada a Portaria PGJ/PI nº 1773/2018 suspendendo os 60 (sessenta) dias de licença concedidos. Tendo o Relator do caso, em um dia após – diga-se 28/06/2018 – elaborado seu voto no sentido de que fosse deferido o pedido ofertado. Frise-se, essas informações, de suma importância ao devido processo legal, quando o assunto se refere a remoção por permuta, não foram se quer acostadas aos autos. Todavia, conforme levantado, o referido gozo da licença prêmio foi suspensa. Nesse toar, consoante se observa do caderno procedimental, ambos os postulantes estão em plenas condições de pleitearem a remoção por permuta, não houve impugnações ao Edital devidamente publicado, assim como não ocupam a primeira posição na lista de antiguidade da entrância final. Do mesmo modo, não estão a menos de 1 (um) ano de se submeter à aposentadoria compulsória, não se encontram no gozo de licença para tratamento de saúde (art. 103, I da LC nº 12/93), licença para aperfeiçoamento jurídico (art. 110 e 111 da LC nº 12/93), licença prêmio por assiduidade (art. 112 da LC nº 12/93) ou licença para exercício de mandato eletivo (art. 113 da LC nº 12/93). Ademais, conforme a certidão de fls. 11, cumpre salientar que, os Promotores de Justiça requerentes não foram removidos por

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

permuta nos últimos dois anos. Nesse toar, esta Conselheira, se manifesta, pelo DEFERIMENTO do pedido formulado, tendo em vista que, pelos fundamentos acima exposto, os Promotores de Justiça interessados Dra. Ana Cecília Rosário Ribeiro, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri/PI e Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo, titular da 55ª Promotoria de Justiça de Teresina, ambas Promotorias de Justiça de entrância final, preenchem todos os requisitos legais pertinentes, fazendo jus, desse modo, a Remoção por Permuta objetada. Ademais, em obediência ao princípio do devido processo legal, esta Conselheira SUGERE que seja juntado aos autos cópia da lista de antiguidade dos membros ministeriais, a fim de que reste comprovado que os pleiteantes não ocupam a primeira posição na lista de antiguidade da entrância final. Ressalte-se que para fundamentar essa manifestação, foi necessária a pesquisa junto ao sítio institucional deste órgão, consoante o link colado pelo Conselheiro Relator, em seu voto. Eis a manifestação”. Esclarece que, em pedido de diligência, solicita a juntada da lista de antiguidade, tendo em vista que o Relator apenas se reportou ao *link*. Reforça que a licença prêmio foi suspensa e a pleiteante não usufruiu. Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando argumenta que, nos novos feitos, a instrução se dê de uma forma que possa perquirir muito mais para auxiliar no trabalho do Relator e dos demais Conselheiros para o julgamento. Dr.ª Clotildes Costa Carvalho trata de necessidade de juntada dos documentos para que depois não seja o pedido questionado, com ingresso de ações junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, o que, de sobremaneira, às vezes tumultua o andamento de um pedido. Conclui que, quando a pessoa não tem direito, não tem direito, mas, no caso, as partes preencheram todos os requisitos e estão de boa fé, inclusive na lei nenhum dispositivo proíbe a permuta entre marido e mulher. Esclarece que ao pedir vista pretendia instrumentalizar com mais elementos e trazer aos autos tais elementos. Em continuidade à votação, o Dr. Aristides Silva Pinheiro, acompanha com o voto vista. Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando cumprimenta os presentes, em seguida realça que o voto vista foi bastante lúcido e apenas veio para, com base no voto do Relator, que entendeu inexistir nenhuma impossibilidade desse pleito e foi pelo deferimento. Reconhece que a Lei Complementar Estadual nº 12/93 trata de uma matéria extremamente relevante em poucos artigos, no caso, os arts. 135 e 136, tendo sido complementados por outras resoluções, o que, de certa forma, há uma alteração na composição daquela entrância, em face do deslocamento de um membro de uma Promotoria de Justiça para outra. Isso passa por diversas questões, incluindo a vocação. Assim, tudo que se regulamenta para se buscar o aperfeiçoamento da matéria. Entende que o pleito é legítimo, atende as formalidades legais e, com as informações trazidas pela Dr.ª Clotildes Costa Carvalho a respeito do que poderia ser algo de impeditivo para os permutantes não fazerem a postulação. Vota com o Relator, com base no voto vista. O Dr. Luís Francisco Ribeiro cumprimenta os presentes, argumenta que o Dr. Alípio de Santana Ribeiro e a Dr.ª Clotildes Costa Carvalho enfrentaram suficientemente a matéria, de modo que acompanha o voto do Relator, sem olvidar as ponderações trazidas à luz pelo voto vista da Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. **Egrégio**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a permuta entre os Promotores de Justiça Marcelo de Jesus Monteiro Araújo e Ana Cecília Rosário Ribeiro, de modo que esta passe à titularidade da 55ª Promotoria de Justiça de Teresina e, aquele, da 4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.

5.2 Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.

5.2.1 Procedimento Preparatório nº 26/2018 (SIMP nº 000073-019/2014). Origem: 44ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Assunto: possível acordo verbal entre a SEMEC e a SEDUC para apropriação da 4ª GRE. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Ana Isabel de Alencar Mota Dias. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de irregularidades consistentes na utilização de um espaço físico existente na 4ª Gerência Regional (GRE) para a construção de uma creche sem o prévio estudo de viabilidade. Notificação da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), que comprovaram a inexistência do funcionamento da creche situada na entidade de educação estadual. Irregularidades não comprovadas após a realização de diligências por parte do órgão especializado. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.2 Inquérito Civil nº 15/2017 (SIMP nº 000069-025/2015). Origem: 44ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Assunto: apurar possíveis irregularidades na concessão de licença ao servidor João Gervásio dos Santos Neto (SEMEC) por estudo e curso de aperfeiçoamento. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Edilsom Farias. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de irregularidades na concessão de licença capacitação pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) à servidor público municipal. Notificação do órgão público concedente, que comprovou eficazmente a ausência de vícios no procedimento administrativo relativo à funcionária beneficiária. Irregularidades não comprovadas após a realização de diligências por parte do órgão especializado. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.3 Procedimento Preparatório nº 02/2018 (SIMP nº 000167-029/2017). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: irregularidade no espaço reservado para pessoas com deficiência no Theresina Hall. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de pessoas deficientes em situação de risco consistente em dificuldades de acesso dos beneficiários do “Passe Livre Cultura” na Casa de Shows “Theresina Hall” situada no

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Município de Teresina-PI. Notificação do estabelecimento comercial para que providenciasse o saneamento das omissões relativas às pessoas portadoras de deficiência. Irregularidades sanadas após o recebimento da notificação ministerial e diligências por parte do órgão de execução. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.4 Procedimento Preparatório nº 62/2017 (SIMP nº 000140-029/2017). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: indisponibilidade de aparelho auditivo para pessoa com deficiência. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de pessoa deficiente em situação de risco consistente em dificuldade de aquisição de aparelho auditivo junto ao Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo (CISLA) situado no Município de Teresina-PI. Notificação da instituição de saúde para que providenciasse o dispositivo retroauricular à pessoa portadora de deficiência. Irregularidades sanadas após o recebimento da notificação ministerial e diligências por parte do órgão de execução. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.5 Inquérito Civil nº 19/2018 (SIMP nº 000616-229/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Matias Olímpio. Assunto: apurar carência estrutural do Conselho Tutelar de Matias Olímpio-PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Jorge Luiz da Costa Pessoa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de irregularidades na estrutura de funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Matias Olímpio-PI. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Prefeito para saneamento das irregularidades. Subsequente instauração do Procedimento Administrativo (PA) na Promotoria de Justiça para acompanhamento do cumprimento *a posteriori* pelo demandado de todas as cláusulas firmadas com o órgão ministerial. Medidas administrativas levadas a efeito pela autoridade municipal após recebimento da notificação ministerial e diligências por parte do órgão de execução. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.6 Procedimento Preparatório nº 02/2017 (SIMP nº 000025-226/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Regeneração. Assunto: apurar danos causados ao meio ambiente em razão da realização de eventuais queimadas inadequadas no Município de Regeneração-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Valesca Caland Noronha. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de ocorrência de dano

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

ambiental causado por queimadas no Município de Regeneração-PI. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Prefeito objetivando a implementação do “Plano de Fiscalização e Combate às Queimadas”, que se comprometeu a cumprir todas as cláusulas firmadas com o órgão ministerial. Medidas administrativas levadas a efeito pela autoridade municipal após recebimento da notificação ministerial e diligências por parte do órgão de execução. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3 Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro.

5.3.1 Procedimento Preparatório nº 28/2018 (SIMP nº 000046-027/2018). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: apurar possíveis irregularidades na realização de transplante intervivos. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karla Daniela Furtado Maia Carvalho. **Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Retirado de pauta, em face de ausência, justificada, do Relator.**

5.3.2 Inquérito Civil nº 14/2016 (SIMP nº 000136-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar possíveis irregularidades na Farmácia Hospitalar do Hospital Getúlio Vargas, conforme relatório de inspeção nº 28/2016. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karla Daniela Furtado Maia Carvalho. **Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Retirado de pauta, em face de ausência, justificada, do Relator.**

5.3.3 Procedimento Preparatório nº 12/2018 (SIMP nº 000166-029/2017). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: descumprimento da Lei Municipal nº 4.578/2014 por parte do Supermercado Extra. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Retirado de pauta, em face de ausência, justificada, do Relator.**

5.3.4 Inquérito Civil nº 09/2018 (SIMP nº 000278-019/2017). Origem: 44ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Assunto: prestação de contas do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI (Exercício 2010). Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Ana Isabel de Alencar Mota Dias. **Relator: Dr. Alípio de Santana Ribeiro. Retirado de pauta, em face de ausência, justificada, do Relator.**

5.4 Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.

5.4.1 Procedimento Preparatório nº 08/2018 (SIMP nº 000270-027/2017). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar as razões da falta constante de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

imunoglobulina antirrábica no Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela, Teresina-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karla Daniela Furtado Maia Carvalho. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar eventuais irregularidades quanto a falta de vacina antirrábica no Hospital de Doenças Tropicais Natan Portela. Comprovação da situação regularizada com o recebimento da vacina antirrábica e imunoglobulina antirrábica. Exaurimento do objeto do presente feito. Desnecessidade de novas diligências. Homologação da promoção de arquivamento. Dr.ª Clotildes Costa Carvalho argumenta que, em face da falta constante da vacina no Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela, vota pela homologação do arquivamento, todavia apresenta divergência para apresentação de Recomendação à Promotora de Justiça que presidiu o procedimento no sentido de que, em casos semelhantes, adote as providências necessárias à apreciação por um Promotor de Justiça com atuação criminal, no tocante à adoção de providências para apuração da responsabilidade criminal. Relatora esclarece que, no presente caso, a matéria foi devidamente apreciada pela Promotora de Justiça com atuação na saúde. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Também, à unanimidade, aprovou a expedição de Recomendação à Promotora de Justiça Karla Daniela Furtado Maia Carvalho para que, em caso similares, remeta os autos para apreciação da responsabilidade criminal por um dos Promotores de Justiça com atribuições nessa matéria, conforme proposição da Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.2 Procedimento Preparatório nº 29/2018 (SIMP nº 000048-027/2018). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: apurar possíveis irregularidades na realização de transplante *intervivos*. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karla Daniela Furtado Maia Carvalho. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar possíveis irregularidades na doação voluntária de órgão, para realização de transplantes *intervivos*. Compulsando os autos, é possível verificar que a referida doação foi expressamente autorizada pela doadora, com a identificação do órgão e indicação de testemunhas, na forma do art. 9º, §4º, da lei nº 9.434/97. Audiência Extrajudicial. Vontade livre e manifesta das partes em realizar o presente transplante. Inexistência de quaisquer irregularidades. Desnecessidade de novas diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.3 Inquérito Civil nº 28/2017 (SIMP nº 000084-003/2017). Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Irregularidades em instituição escolar. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gladys Gomes Martins de Sousa. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar eventuais irregularidades em instituição de ensino, em razão de suposta ausência de autorização para funcionamento

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

pelo Conselho Municipal de Educação de Teresina/PI. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, no sentido de adequar sua situação perante o CME - Teresina/PI. Acompanhar o cumprimento do TAC. Súmula nº 02 do CSMP-PI. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

A relatora solicita a inclusão extrapauta do Inquérito Civil nº 02/2016 (SIMP nº 000094-267/2017), que passará a constar no item 5.4.3. Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, defere a inclusão extrapauta do procedimento.

5.4.3 Inquérito Civil nº 02/2016 (SIMP nº 000094-267/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Itainópolis. Assunto: verificar e acompanhar o planejamento e a execução das ações de controle de dengue no Município de Vera Mendes-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. **Relatora: Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Verificar e acompanhar o planejamento e a execução das ações de controle de dengue no Município de Vera Mendes/PI. Elaboração de Plano Municipal de Contingência Epidemiológica. Consoante documentação juntada aos autos, todas as ações necessárias referentes ao Plano foram realizadas no município investigado. Perda superveniente do objeto. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5 Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.

5.5.1 Notícia de Fato SIMP nº 000526-019/2015. Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar possíveis irregularidades no Contrato nº 165/2010, firmado com vistas à aquisição de condicionadores de ar split pela Eletrobrás Distribuição Piauí. Declínio de atribuições. Promotor de Justiça: Fernando Ferreira dos Santos. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Apurar dispêndio de recursos por parte da Eletrobrás Distribuição Piauí, que teria contratado uma terceira prestadora de serviços para realizar a instalação de condicionadores de ar, quando, na verdade, tal serviço já se encontrava previsto no contrato nº 165/2010. Na 1276ª sessão ordinária realizada no dia 18/05/2018, o E. Conselho Superior do MPPI, à unanimidade, não homologou o declínio de atribuições ao MPF e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem. A douta Promotora de Justiça esclareceu que o declínio de atribuições alhures proposto não era em face do MPF, mas sim dentro do âmbito estadual, considerando que as Promotorias da Fazenda Pública de Teresina não teriam atribuição para tal, no entanto, não especificou a quem os autos deveriam ser encaminhados. Ocorre que, de acordo com o art. 2º, V da Resolução nº 03/2018 do CPJ, a Fazenda Pública irá atuar nos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

procedimentos em que figure como parte ou interessado órgão da administração pública direta ou indireta. Portanto, sendo a Eletrobrás sociedade de economia mista, entidade da administração indireta, devem os autos retornar à Promotoria de origem para que seja dada continuidade às investigações. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para continuidade da investigação, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.2 Procedimento de Investigação Criminal nº 003/2012 (SIMP nº 000003-216/2016). Origem: Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO. Assunto: porte ilegal de arma de fogo e roubo. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Rômulo Paulo Cordão. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Apurar denúncia sobre crimes de porte ilegal de arma de fogo e roubo, supostamente praticados no ano de 2012. Conforme solicitado pelo membro do GAECO ao núcleo de inteligência da PM, foram realizadas diligências no sentido de se buscar dados acerca do investigado. O GAECO solicitou auxílio ao Delegado de Polícia Civil do GRECO, no sentido de realizar um levantamento com a apresentação de relatório acerca dos supostos delitos cometidos, o que fora devidamente atendido. Constatação de que as Polícias do Piauí e Ceará já realizam investigação sobre os mesmos fatos aduzidos no presente procedimento, considerando tratar-se de indivíduo investigado pelo envolvimento com organizações criminosas interestaduais, homicídios, roubos, pistolagem e agiotagem. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.3 Inquérito Civil nº 10/2015 (SIMP nº 000049-025/2014). Origem: 44ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. Assunto: averiguar irregularidade na condução de réus presos para as audiências, considerando as possíveis irregularidades nos repasses efetuados à Secretaria de Justiça pela Secretaria de Fazenda. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Ana Isabel de Alencar Mota Dias. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Apurar a impossibilidade de recambiamento de réus presos para o fórum, em virtude de irregularidades no fornecimento de combustível, o que estaria impossibilitando a realização de audiências, situação ocorrida no ano de 2014. Após requisição ministerial, a Secretaria da Justiça informou que a empresa prestadora dos serviços de fornecimento de combustível suspendeu a atividade no período de 25 de outubro a 13 de novembro de 2014, pelo não pagamento das faturas dos 03 (três) meses anteriores. A Secretaria da Fazenda, responsável pelos repasses à SEJUS, após solicitação do *Parquet*, encaminhou extratos do SIAFEM atestando que tais repasses ocorreram no dia 13 de novembro de 2014. Portanto, a situação de inadimplência fora sanada e o transporte de réus presos devidamente regularizado. Sem mais providências a serem tomadas. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.

5.5.4 Procedimento Preparatório nº 24/2016 (SIMP nº 000041-097/2016). Origem: Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato. Assunto: verificar e fiscalizar as devidas instalações, o abate, a manipulação, e outras rotinas de regular funcionamento do Matadouro Público Municipal de São João do Piauí-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Vando da Silva Marques. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Verificar e fiscalizar as devidas instalações, o abate, a manipulação, e outras rotinas de regular funcionamento do Matadouro Público Municipal de São João do Piauí – PI. Verificada a judicialização do objeto do presente inquérito civil. Não homologação. Desnecessidade de remessa dos autos a este Egrégio Conselho Superior. Necessária apenas a comunicação, mediante ofício, com as cópias da inicial. Inteligência da Súmula nº 03 do CSMP/PI c/c o artigo 1º da Recomendação PGJ/PI nº 02/2016. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, por entender desnecessária em face da judicialização da matéria, bastando comunicação ao Colegiado, aplicação da Súmula nº 03, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.5 Procedimento Preparatório nº 03/2017 (SIMP nº 000026-226/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Regeneração. Assunto: Apurar irregularidades quanto a higienização e desinfecção de ambientes no Hospital Municipal Maria de Lourdes Leal Nunes, localizado no Município de Regeneração – PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Valesca Caland Noronha. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Irregularidades quanto a higienização e desinfecção de ambientes no Hospital Municipal Maria de Lourdes Leal Nunes, localizado no Município de Regeneração-PI. A douta Promotora de Justiça realizou inspeções *in loco* e constatou a necessidade de aquisição de material de higiene hospitalar e da melhoria na higienização dos banheiros. Fora realizada audiência com o Prefeito, Secretária de Saúde e a Diretora do Hospital. Celebração de termo de ajustamento de conduta, com o objetivo de definir os prazos para regularização e adequação às normas sanitárias. Instauração de procedimento administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do TAC, conforme art. 8º, I, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Súmula 02 do CSMP-PI. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.6 Procedimento Preparatório nº 06/2017 (SIMP nº 000027-226/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Regeneração. Assunto: fiscalizar e prevenir problemas na realização de festas no período dos festejos de São Gonçalo. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Valesca Caland Noronha. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Fiscalizar e prevenir problemas na realização de festas no período dos festejos de São Gonçalo, no período de 1º a 10 de janeiro de 2018, na cidade de Regeneração – PI. Foi realizada audiência com a presença do Prefeito de Regeneração, do Delegado de Polícia Civil de Amarante–PI, do Comandante da Polícia Militar do Piauí e do representante da Paróquia São Gonçalo, onde foi esclarecido pela Promotoria de Justiça da necessidade de adotar providências no sentido de fiscalizar e prevenir problemas na realização dos festejos de São Gonçalo, sendo firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) às fls. 22/28, com anuência de todos os presentes. Os compromissários do TAC não descumpriram com as cláusulas estabelecidas, tampouco não houve notícia de qualquer outro incidente durante as festividades. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.7 Procedimento Preparatório nº 01/2013 (SIMP nº 000193-090/2018). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Picos - PI. Assunto: apurar possível ato de lesão a direito individual indisponível de pessoa que necessita de tratamento fora de domicílio/TFD. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Leonardo Fonseca Rodrigues. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Apurar possível ato de lesão a direito individual indisponível de crianças que necessitam de tratamento fora de domicílio (TFD). Conforme termo de declaração do dia 10/06/2014, a interessada, mãe das crianças que necessitavam de TFD, declarou que por intermédio da Promotoria de Justiça de Bocaina conseguiu o auxílio TFD e que atualmente ainda recebia o valor das passagens para ir a Teresina realizar o tratamento dos seus filhos. A Promotoria de Justiça de Bocaina notificou a interessada em 21/02/2017 para que apresentasse manifestação informando se ainda há interesse na demanda, sob pena de ser extinto se permanecesse inerte. Tendo em vista o decurso do tempo, bem como o desinteresse da reclamante, a Promotoria de Justiça determinou o arquivamento do procedimento. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.5.8 Inquérito Civil nº 01B/2016 (SIMP nº 000032-267/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Itainópolis. Assunto: verificar e acompanhar o planejamento e a execução das ações de controle de dengue no Município de Itainópolis. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. **Relator: Dr. Luís Francisco Ribeiro.** Verificar e acompanhar o planejamento e a execução das ações de controle de dengue no Município de Itainópolis – PI. Foi expedida Recomendação nº 01/2016 aos gestores municipais para que elaborassem e acompanhassem o plano de contingência para o enfrentamento da tríplice epidemia (dengue, zika e chikungunya). Conforme solicitação do *Parquet*, a Prefeitura Municipal apresentou o “Plano municipal de ações emergenciais de enfrentamento ao aedes aegypti e prevenção, com ênfase à microcefalia”, como

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

também o “Plano municipal de contingência da dengue, zika e chikungunya”, os quais demonstram que o Município cumpriu integralmente a Recomendação. Documentos e registros fotográficos das ações de mobilização (fls. 79/104) demonstram que a execução do plano de contingência são satisfatórias. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6 Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho (continuidade do julgamento).

5.6.1 Inquérito Civil nº 049/2010 (SIMP nº 000370-096/2016). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: apurar notícia de suposta improbidade administrativa praticada pelo Prefeito de Várzea Branca/PI, a partir de notícia-crime remetida pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça MP/PI, registrado sob o nº 46/08. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gabriela Almeida de Santana. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Arquivamento parcial no tocante à prescrição. Suspensão da Súmula 01 do CSMP/PI. Sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do Recurso Extraordinário nº 852.475/SP pelo Supremo Tribunal Federal. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e determinou o sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do RE nº 852.475/SP pelo STF, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.2 Procedimento de Investigação Preliminar nº 63/2004/CAFO (SIMP nº 000057-186/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Simões. Assunto: contratação de servidores sem concurso público. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Tallita Luzia Bezerra Araújo. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Apurar ausência de concurso público na Câmara Municipal de Curral Novo do Piauí. Cumprimento integral de TAC. Realização de concurso público. Homologação do arquivamento proposto. Recomendação para substituição da capa, em face da conversão do procedimento de investigação preliminar em inquérito civil. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.3 Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 001379-086/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: crimes de responsabilidade. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eduardo Palácio Rocha. Relatora: **Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Crime de responsabilidade. Possível ocorrência do crime tipificado no art. 1º, XIII do Decreto-Lei nº 201/67, supostamente cometido pelo ex-gestor municipal de Picos-PI. Contratação de servidores sem concurso público em meados de 1993. Lapso temporal de mais de 20 (vinte) anos entre o fato e os dias atuais. Prescrição da

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

punibilidade nos moldes do art. 109, IV do CP. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.4 Procedimento Preparatório nº 34/2018 (SIMP nº 000058-027/2018). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: apurar possíveis irregularidades na realização de transplante *intervivos*. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karla Daniela Furtado Maia Carvalho. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Transplante realizado tendo como doador, o filho, e como receptor, seu genitor. Doação autorizada de forma expressa, com a identificação do órgão e indicação de testemunhas, além de termo de aceitação de transplante pelo receptor. Partes juridicamente capazes. Ratificação perante a 12ª Promotoria de Justiça da vontade livre e manifesta de realizar o transplante. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.5 Inquérito Civil nº 010/2017 (SIMP nº 000024-063/2017). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de fragmentação de despesas com a contratação de serviços de assessoria na elaboração de projetos técnicos sem licitação no Município de Nossa Senhora de Nazaré, exercício financeiro de 2011. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Cezario de Sousa Cavalcante Neto. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Suspensão da Súmula nº 01 do CSMP/PI. Sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do Recurso Extraordinário nº 852.475/SP pelo Supremo Tribunal Federal. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e determinou o sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do RE nº 852.475/SP pelo STF, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

Relatora anuncia o julgamento em bloco dos processos inseridos nos itens 5.6.6 e 5.6.7.

5.6.6 Inquérito Civil nº 022/2017 (SIMP nº 000042-063/2017). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de despesa com recurso do Fundo Municipal de Saúde com serviço de dedetização sem licitação em Nossa Senhora de Nazaré, exercício financeiro de 2011. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Cezario de Sousa Cavalcante Neto. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Suspensão da Súmula nº 01 do CSMP/PI. Sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do Recurso Extraordinário nº 852.475/SP pelo Supremo Tribunal Federal. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e determinou o**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do RE nº 852.475/SP pelo STF, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.

5.6.7 Inquérito Civil nº 024/2017 (SIMP nº 000040-063/2017). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de despesa com serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sem licitação em Nossa Senhora de Nazaré, exercício financeiro de 2011. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Cezario de Sousa Cavalcante Neto. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Suspensão da Súmula nº 01 do CSMP/PI. **Sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do Recurso Extraordinário nº 852.475/SP pelo Supremo Tribunal Federal. Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e determinou o sobrestamento dos autos até ulterior julgamento do RE nº 852.475/SP pelo STF, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.8 Inquérito Civil nº 062/2016 (SIMP nº 000090-034/2016). Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: exploração financeira de pessoa idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Myrian Lago. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Ausência de atribuição da 49ª Promotoria de Justiça de Teresina para a promoção de ação penal pela prática de crime tipificado nos arts. 102 e 106 da Lei nº 10.741/2003. Encaminhamento de notícia-crime à 8ª Promotoria de Justiça de Teresina para adoção das medidas cabíveis. Oferecimento de denúncia pela 8ª Promotoria de Justiça com pedido de ressarcimento de danos. Adoção de todas as providências cabíveis, no que pertine à revogação do instrumento procuratório passado pela idosa e notificação do reclamado para juntar comprovantes dos depósitos das parcelas do ressarcimento acordado, que implica no pagamento de 148 (cento e quarenta e oito) parcelas de R\$ 600,00 (seiscentos reais), de janeiro de 2014 a maio de 2026. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.9 Procedimento Preparatório nº 66/2017 (SIMP nº 000145-029/2017). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: dificuldade na tramitação de processo administrativo junto à Eletrobrás. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Falta de interesse no prosseguimento do feito pela reclamante. Solicitação da extinção do procedimento. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.6.10 Inquérito Civil nº 02/2016 (SIMP nº 000227-267/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Isaías Coelho. Assunto: transição governamental. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Extinção do Processo nº 019690/2016, por decisão monocrática do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI, devido a equipe de transição do gestor denunciado haver cumprido com o dever de fornecer à equipe de transição do Prefeito eleito os documentos solicitados. Perda de interesse processual. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.11 Inquérito Civil nº 01/2018 (SIMP nº 000044-025/2016). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: possível irregularidade na Administração do Parque Potycabana por parte da APROJUV. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Edilsom Farias. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Fiscalização pelo Tribunal de Contas, através da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE, que concluiu não haver irregularidades quanto ao favorecimento pessoal nos contratos de gestão entre a SEDUC/PI e a APROJUV; ausência de atraso na prestação de relatórios de metas ou resultados alcançados; inobservância de ilegalidade na gestão de recursos públicos por parte da APROJUV, bem como na remuneração dos membros do Conselho Administrativo; ausência de irregularidade relativa à falta de qualificação da APROJUV para gerir o Parque Potycabana. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.12 Notícia de Fato (SIMP nº 000284-232/2018). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaguá. Assunto: irregularidades no Programa Federal de Combate à Pobreza. Declínio de atribuições. Promotora de Justiça: Gilvânia Alves Viana. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** Programa Federal, instituído pelo Governo Federal. Eventuais irregularidades na concessão de crédito ou a má aplicação dos recursos do Programa serão de atribuição do Ministério Público Federal. Declínio de atribuição. Remessa do presente feito ao MPF para apurar eventuais irregularidades que sejam constatadas no Subprograma de Combate à Pobreza Rural. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o declínio de atribuições e determinou a remessa dos autos ao Ministério Público Federal para continuidade da investigação, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 13.07.2018, na 1283ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.6.14 Processo Administrativo Disciplinar nº 14/2017 (GEDOC nº 00004-227/2018). Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. Assunto: descumprimento de deveres funcionais. **Relatora: Dr.ª Clotildes Costa Carvalho.** A

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Relatora informa a impossibilidade de julgamento do processo, solicitando a retirada de pauta, tendo em vista a informação prestada pela Secretaria do Conselho Superior de impossibilidade de intimação do Processado. **Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, aprova a retirada de pauta, determinando a adoção de providências para intimação do Processado.**

6) EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DO TEOR DO ITEM 6.1:

6.1 Ofícios/Memorandos comunicando instauração ou arquivamento de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações.

6.1.1 Ofício Nº 307/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: encaminhamento da cópia da portaria de instauração do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 08/2018 que tem como objetivo apurar a existência de práticas infrativas às relações de consumo, por parte do Comercial Carvalho e do Extra Hipermercado, no que diz respeito ao descumprimento do atendimento prioritário nas filas dos seus estabelecimentos.

6.1.2 Ofício Nº 268/2018. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Inquérito Civil 59/2014 (SIMP nº 000086-029/2014), que versa sobre a garantia de acessibilidade nas Lojas CityLar.

6.1.3 Memorando nº 174/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 27/2017-C (SIMP nº 001473-089/2017), instaurado para constatação de paternidade.

6.1.4 Memorando nº 175/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 01/2018-C (SIMP nº 000391-089/2018), instaurado para averiguação de paternidade.

6.1.5 Memorando nº 176/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 10/2018-B (SIMP nº 000459-089/2018), instaurado para a verificação da situação de risco de menores, que eram agredidos e maltratados por seu genitor.

6.1.6 Memorando nº 177/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 115/2017-B (SIMP nº 001182-089/2017), instaurado para a verificação de situação de risco de menor, agressivo com seus colegas de classe e com seus professores.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.1.7 Memorando nº 178/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 113/2017-B (SIMP nº 001178-089/2017), instaurado para a verificação de situação de risco de criança vítima de agressões físicas cometidas por seu avô paterno.

6.1.8 Memorando nº 179/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 02/2017-PJ de Bocaina (SIMP nº 000090-258/2017), instaurado para averiguar a situação vivenciada por menor que, apesar de ser adotada por outra família, tinha optado residir com sua mãe biológica.

6.1.9 Memorando nº 180/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 02/2016-C (SIMP nº 000113-089/2016), instaurado para averiguação da paternidade de criança.

6.1.10 Memorando nº 183/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Notícia de Fato nº 000850-089/2018.

6.1.11 Memorando nº 185/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento da Notícia de Fato (SIMP nº 000579/089/2018), que tem por objetivo a verificação de situação de risco de menor.

6.1.12 Ofício Nº 291/2018. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: comunicação de declinação de atribuição referentes aos autos da Notícia de Fato nº 03/2018 (SIMP nº 000003-029/2018) que trata de negativa de matrícula de criança com deficiência; Notícia de Fato nº 34/2018 (SIMP nº 000057-029/2018) que trata da falta de inclusão escolar de criança com deficiência; Notícia de Fato nº 30/2018 (SIMP nº 000052-029/2018) que trata da falta de intérprete de LIBRAS na Unidade Escolar Lucídio Portela; Notícia de Fato nº 43/2018 (SIMP nº 000070-029/2018) que trata da falta de inclusão escolar e discriminação de crianças com deficiência na CMEI Cíntia Medeiros; Procedimento Administrativo nº 33/2018 (SIMP nº 000001-029/2018) que trata de negativa de matrícula de crianças com deficiência no colégio CPI e Procedimento Administrativo nº 22/2018 (SIMP nº 000019-029/2017) que trata da suposta situação de falta de inclusão escolar no CEJA Professora Maria Rodrigues das Mercedes, foram encaminhados através do Ofício nº 289/2018-28ª PJT à 38ª Promotoria de Justiça desta Capital.

6.1.13 Memorando nº 172/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 44/2017-B (SIMP nº 001194-089/2016), instaurado para a verificação de situação de risco de menores que estavam em estado de vulnerabilidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.1.14 Memorando nº 173/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 23/2017-B (SIMP nº 000312-089/2015), instaurado para a verificação de risco de adolescente que não possuía boa convivência com a genitora.

6.1.15 Ofício GAB02. nº 179/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: encaminhamento de cópia integral do Mandado de Segurança (SIMP nº 000512-105/2018) que tramita na 2ª vara da comarca de Oeiras-PI, em virtude do conflito negativo de atribuições desta Promotoria de Justiça e a 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras, para fins de que o Conselho Superior do Ministério Público proceda a sua apreciação.

6.1.16 Ofício nº 402/2018 – GPJ. PA nº 000182-276/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo (SIMP nº 000182-276/2017), instaurado para acompanhar o cumprimento da Notificação Recomendatória nº 07/2016, com vistas à prevenção geral da Barragem Pedra Redonda, no Município de Conceição do Canindé-PI.

6.1.17 Ofício nº 379/2018 – GPJ. PA nº 000156-237/2018. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: recomendação administrativa nº 003/2018, referente à Notícia de Fato nº 000156-237/2018 que tem como objetivo recomendar aos proprietários de carros de som e veículos particulares equipados com sistemas de som que: a) abstenham-se de utilizar caixas de som, instrumentos musicais ou equipamentos sonoros de qualquer natureza em veículos em geral, sem a devida autorização do Poder Público Municipal; b) abstenham-se de utilizar equipamentos de som instalados na forma de torre, em reboques (popularmente conhecidos como “paredões”), inclusive em carreatas, seja qual for; c) abstenham-se de circular os veículos de carro de som, se desligado o som, nas proximidades dos Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, ber, como em frente às escolas públicas e particulares, repartições públicas, incluindo a Prefeitura de São Francisco de Assis do Piauí, Câmara de Vereadores, GPM de São Francisco de Assis do Piauí, dentre outras, e templos religiosos durante o horário de culto; d) abstenham-se de circular os veículos de carro antes das 8h e após as 19h e) em qualquer hipótese, observem os limites máximos permitidos para emissão de sons e ruídos conforme dispõe o Decreto Estadual 9.035/93, em função da área e do horário.

6.1.18 Ofício nº 389/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 17/2018 (SIMP nº 000058-003/2018) instaurado com o objetivo de providenciar a regularização de instituição de ensino junto ao Conselho Municipal de Educação de Teresina-PI, seguindo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

as diretrizes apontadas na Resolução CME/THE nº 03/2010, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 17/04/2018.

6.1.19 Ofício Gab02. Nº 200/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Oeiras. Assunto: encaminhar relatório do Inquérito Civil 01/2017 (SIMP nº 000529-109/2017) que tem como objetivo a implementação do serviço de acolhimento regionalizado na modalidade CASA LAR.

6.1.20 Memorando nº 162/2018. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação da Notícia de Fato Nº 20/2018 (SIMP nº 000064-027/2018) em razão da necessidade de novas diligências.

6.1.21 Memorando nº 123/2018. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de prorrogação do Inquérito Civil nº 02/2016 (SIMP nº 000028-258/2017) que tem como objetivo verificar se as informações prestadas pelas Secretarias Municipais de Saúde de Bocaina estão em consonância com a realidade fática das ações e serviços de saúde na prevenção e controle da Dengue no Município.

6.1.22 Ofício nº 57/2018. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2018, que tem como objetivo apurar suposta prática dos crimes previstos no art. 168 (Apropriação Indébita), art. 312 (Peculato) e art. 319 (Prevaricação) todos do Código Penal, bem como de Crime contra a Ordem Tributária, cuja autoria está sendo atribuída a sra. Ivanira Meneses de Carvalho Fortes, ex-interina do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis de Piracuruca-PI.

6.1.23 Ofício nº 311/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: encaminhamento de cópia do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com a PENTA I Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., nos autos do Inquérito Civil nº 06/2017, que tem como objetivo estabelecer cláusulas referentes a devolução de valores cobrados indevidamente dos consumidores do Condomínio Essencial em Teresina-PI.

6.1.24 Ofício nº 321/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: encaminhamento de cópia de instauração do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 11/2018 que tem como objetivo apurar a existência de práticas infrativas às relações de consumo, por parte do Hospital Prontomed Adulto, especialmente no que diz respeito a má prestação de serviços e ao número inadequado de fisioterapias com atuação nos leitos das Unidades de Terapia Intensiva Adulto.

6.1.25 Ofício nº 326/2018. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: encaminhamento de Portaria nº 27/2018, que instaura o Procedimento Preparatório de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Inquérito Civil nº 12/2018, com o objetivo de apurar supostas práticas ofensivas aos direitos dos consumidores mormente no que diz respeito à cobrança indevida de serviços não prestados bem como a ausência de informações claras e precisas sobre esses serviços no Restaurante Matisse, em Teresina-PI.

6.1.26 Memorando nº 283/2018. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: comunicação da conversão do Procedimento Preparatório nº 43/2017, no Inquérito Civil Público nº 028/2018, que tem como objetivo apurar informações acerca das dificuldades enfrentadas no atendimento de saúde da população em situação de rua.

7. ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

7.1. Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando informa o lançamento da Campanha da Caridade, organizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CEAF, no dia 11 do corrente mês. Esclarece que o dia da caridade (19.07) foi instituído por lei. Explica que a entidade beneficiada será o Abrigo São José, destinada ao acolhimento de idosos. A Conselheira parabeniza o CEAF por mais essa campanha e destaca que perpassou a própria instituição, estando aberta a doação de terceiros. Conclama a todos os pares a aderirem à campanha.

7.2. Dr. Aristides Silva Pinheiro realça que o Dr. Olímpio Galvão, amigo de infância, Juiz de Direito, tomará posse no cargo de Desembargador, em solenidade à noite. Enfatiza que o empossando convidou especialmente a sua mãe para comparecer à solenidade, por ter sido a primeira professora dele. Informou que participará da sessão representando o Procurador-Geral de Justiça, pedido apresentado há um mês e gentilmente acatado pelo Procurador-Geral e pela Subprocuradora-Geral de Justiça. Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando parabeniza o Dr. Olímpio Galvão, com o qual atua na 3ª Câmara Cível, que certamente abrilhantar a justiça piauiense. Dr.ª Clotildes Costa Carvalho destaca a importância do Corregedor-Geral, conterrâneo do empossando, participar da solenidade representando o Ministério Público. Também parabeniza o Dr. Olímpio Galvão pela assunção ao cargo de Desembargador e tece elogios a conduta profissional. Parabeniza o CEAF pela organização da campanha, pois considera a caridade a maior das virtudes e convida a todos para abraçar essa campanha. Dr. Luís Francisco Ribeiro parabeniza o Município de Pedro II por um de seus filhos mais ilustres assumir o cargo mais importante da justiça piauiense, que é o cargo de Desembargador. Expressa sua felicidade e relembra que o Dr. Olímpio Galvão foi seu contemporâneo de faculdade, tecendo-lhe inúmeros elogios. Considera a atitude do Dr. Aristides Silva Pinheiro de extrema humildade, solidariedade e nobreza. Solicita que o Dr. Aristides Silva Pinheiro justifique a sua impossibilidade de comparecimento. Parabeniza a Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando pela

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

campanha deflagrada e se coloca à disposição para contribuir. Por fim, parabeniza a forma como o Corregedor-Geral presidiu a sessão, destacando a sua prudência.

8. PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A SESSÃO.

PARTICIPARAM DA SESSÃO O DR. CLEANDRO ALVES DE MOURA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. ARISTIDES SILVA PINHEIRO, CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DRA. RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO E DR.^a CLOTILDES COSTA CARVALHO. CLÉIA CRISTINA PEREIRA JANUÁRIO FERNANDES, LAVROU O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO, APÓS A APROVAÇÃO.